

Associação de Guias de Informação Turística dos Açores multada por infringir regras da concorrência

A Autoridade da Concorrência (AdC) sancionou a Associação de Guias de Informação Turística dos Açores (AGITA), em 8.200 euros, por infringir regras da concorrência. Conforme explica a AdC em comunicado, em causa está a fixação de preços mínimos a cobrar pelos serviços de guia turístico no arquipélago dos Açores, ao que acrescenta que “A investigação da AdC concluiu que a AGITA recomendou aos seus associados, através de correio electrónico, a adopção de uma tabela de honorários como preços mínimos, prática que se manteve de forma

contínua desde Novembro de 2020 até à data da decisão final, tendo como objectivo restringir de forma sensível a concorrência”.

Uma atitude que, segundo a lei da concorrência, é contra a lei, uma vez que são proibidas decisões de associações de empresas que tenham por objecto ou efeito a fixação directa ou indirecta de preços, considerada “uma das infracções mais graves às regras da concorrência, por prejudicar os consumidores, reduzir a competitividade e penalizar a economia”, acrescenta a Autoridade da Con-

corrência.

Na origem do processo contraordenacional instaurado à AGITA em Junho de 2024 estará uma denúncia recebida pela AdC em Fevereiro daquele mesmo ano, que desencadeou uma investigação que incluiu diversas diligências probatórias, pedidos de elementos e inquirições.

“Em Abril de 2025, a AdC adoptou uma Nota de Ilicitude, tendo a AGITA exercido plenamente os seus direitos de audição e defesa, incluindo a realização de audições orais. Concluída a análise, a AdC adoptou esta decisão final

condenatória”, refere a mesma entidade no comunicado.

Agora, a AGITA foi sancionada com uma coima no valor de 8.200 euros, tendo este valor em conta a gravidade e a duração da infracção, o grau de participação da associação e a sua situação económica, que prevê que as coimas aplicáveis a associações de empresas não podem exceder 10% do volume de negócios do ano anterior.

Criada em 2020, a AGITA representa cerca de 43% dos guias turísticos em actividade nos Açores.

Governo Regional cumpre calendário de pagamentos aos agricultores açorianos

O Governo dos Açores iniciou a 30 de Janeiro um período de pagamentos das ajudas regionais aos agricultores açorianos, dando seguimento ao calendário anual acordado em 2025 entre o Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro, e o Presidente da Federação Agrícola dos Açores, Jorge Rita.

O objectivo deste calendário é introduzir informação e previsibilidade no pagamento das ajudas regionais, permitindo aos agricultores planear com mais segurança a gestão das suas explorações e os respectivos compromissos financeiros. Assim, para 2026, ficou definido um primeiro período de pagamentos entre 30 de Janeiro e 6 de Fevereiro, estando previstos novos momentos de pagamento, com período trimestral, ao longo do ano.

Esta concretização corresponde a uma aspiração antiga do sector e reforça uma linha de estabilidade que tem vindo a ser assegurada nos últimos anos, nomeadamente com o fim dos rateios nos apoios comunitários.

Recorde-se que, desde 2021, e na sequência de uma justa reivindicação da Federação Agrícola dos Açores, os agricultores passaram a receber estes apoios sem cortes.

No presente período, iniciam-se os pagamentos referentes aos seguintes apoios: apoio à compra de sementes de milho e sorgo – 2024; apoio extraordinário ao abate de bovinos, no âmbito da covid-19 – 2021; apoio aos juros do investimento na agricultura (SAFIAGRI) – 2023; apoio relativo às ocorrências climáticas – 2024; apoio ao abate



de ovinos e caprinos; apoio à compra de equipamentos agrícolas e pecuários (AGROACRESCENTA), relativo a 2025; incentivo à inseminação para a produção de bovinos de carne; e pagamentos

efectuados pelo IFAP, no âmbito do PE-PAC, para projectos de investimento na modernização das explorações agrícolas, da agroindústria e do programa LEADER.

Berta Cabral sublinha papel decisivo do Alojamento Local na fase crítica de transição do Destino Açores

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas afirmou, na ilha do Pico, que o Alojamento Local (AL) “tem um papel absolutamente determinante nos Açores” e foi “decisivo numa fase crítica de transição do destino”, sublinhando que esse contributo “não pode ser esquecido”.

Berta Cabral falava na sessão de abertura do 4.º Encontro de Alojamento Local dos Açores, que decorre no Auditório da Madalena, onde destacou que este segmento permitiu “responder à procura, elevar a qualidade da oferta, diversificar experiências e, sobretudo, levar o turismo a todas as ilhas, a todo o território e ao longo de todo o ano”.

Numa intervenção gravada, a governante salientou que o Alojamento Local se afirmou como “um verdadeiro instrumento de democratização do rendimento, de reabilitação do edificado, de criação de emprego e autoemprego, de fixação de pessoas e de dispersão equilibrada dos fluxos turísticos,

incluindo em zonas rurais e mais periféricas”.

Segundo Berta Cabral, este sector tem igualmente “um efeito multiplicador muito relevante na economia regional”, contribuindo para o surgimento de novos negócios e empresas associadas ao turismo.

A Secretária Regional reconheceu, contudo, que o sector entra agora “numa nova fase do turismo nos Açores”, marcada por factores internos e externos que também afectam o Alojamento Local. “É uma fase que exige maturidade, reflexão estratégica e capacidade de adaptação”, afirmou.

Apesar de o turismo continuar a crescer na Região — tendo os Açores sido, entre 2023 e 2025, a Região do país com maior crescimento relativo, sobretudo em receitas —, Berta Cabral considerou positivo o facto de o aumento ter sido mais significativo em receitas do que em dormidas, por significar “mais valor gerado no destino”.

Ainda assim, alertou que “seria irrespon-

sável ignorar os sinais de ajustamento da procura que já se fizeram sentir em 2025”, que “exigem acompanhamento atento”.

A governante apontou como principais causas as “mudanças profundas no contexto internacional”, nomeadamente a instabilidade geopolítica e as alterações nos padrões de consumo e de viagem, sobretudo nos mercados dos Estados Unidos e da Europa.

Tendo em conta a condição insular, fragmentada e ultraperiférica dos Açores, Berta Cabral considerou essencial “assegurar a competitividade do destino”, com especial atenção a factores críticos como o preço, a qualidade, a gestão de expectativas e o posicionamento turístico.

A Secretária Regional defendeu ainda a importância de preservar uma imagem externa positiva do destino, combatendo “narrativas simplistas, quer de massificação — quando ela não existe —, quer de crise, quando decorrem ajustamentos normais

de mercado”.

Apesar dos desafios, a governante destacou que o novo contexto também cria oportunidades e defendeu que a evolução do Alojamento Local, à semelhança do destino turístico no seu conjunto, deve ser “sustentável, sustentada e orientada para a qualidade, para o valor percebido e para a credibilidade da oferta”.

“Temos todos de garantir o equilíbrio entre o território, a capacidade instalada, a procura, a evolução da oferta e a nossa imagem externa”, afirmou, adiantando que o Governo dos Açores está a preparar iniciativas para reforçar o trabalho colaborativo com o sector, como resposta a esta nova fase do ciclo de vida do destino.

Em conclusão, Berta Cabral sublinhou que “o futuro do turismo nos Açores constrói-se com diálogo, responsabilidade e co-operação”, reiterando que “o Alojamento Local continuará a ser uma parte essencial dessa construção”.